

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 102ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 29/08/2023 - 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (T) Marcos Luan Soares da Silva (S)
AEAAV	Hélio Bortoletto Júnior (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)
	Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
BRK Ambiental Limeira	Mayara Ferrari de Oliveira (T)
	Mariana Simolini Zóia (S)
CATI	Tatiana Marsola Piovezani (T)
DAAE – Rio Claro	Paulo Afonso Prado e Silva Júnior (T)
DAE Americana	Margareth Isabel Amaral (T)
	Kayque Leone Pereira (S)
	Leandro Gustavo Peccin (S)
DAE Jundiaí	Karen Cristina Tasaka (T)
	Janaína Alves dos Santos (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Claudioaldo Viana dos Santos (T)
Embrapa	Marcos Eliseu Losekann (T)
	Mariana Silveira Guerra Moura e Silva (S)
FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian (T)
IPSA-C	Maria Cláudia Zorzenon Chignolli (S)
Movimento Resgate o Cambuí	Maria Rodrigues Cabral (S)
P.M. de Jaguariúna	Igor Tadeu Contreiras Pereira de Araújo (S)
P.M. de Limeira	Juvenal Soares de Araújo Neto (T)
P.M. de Várzea Paulista	Luciana Aparecida Santos Garcia (S)
SAA	Tatiana Marsola Piovezani (T)
SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)
	Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
SANEBAVI	Mara Letelien Leite Reis (S)
	Mariana Carolina Rossi de Andrade (s)
VISA Cordeirópolis	Ronald Betanho Franchini (S)

Membros ausentes	
Entidade	
DAE Valinhos	
SABESP	
SEMAE	
VISA - Rio Claro	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Silva
	Tainá Moura
	Felipe Ferreira
	Daniela Tornisiello
Divisão de Vigilância de Zoonoses Limeira	Daniela Almeida Coelho Terossi
Ministério da Agricultura e Pecuária	Enrico Seyssel Ortolani

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 102ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 22 agosto de 2023. **2. Abertura da 102ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM):** A abertura da reunião foi realizada pela Coordenadora da CT-SAM, Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, foi passado um vídeo elaborado pela Agência PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras ações para participação durante a reunião. **3. Informes:** Na sequência, a Sra. Roseane passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** a) A Coordenadora-adjunta da CT-SAM, Sra. Cassiana Maria Reganhan Coneglian, representante da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP) informou que participou do XXV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) realizado entre os dias 21 a 25/08/23, em Natal/RN. Comentou que, além da participação, apresentou trabalho relacionado com as ações realizadas na CT-SAM referentes ao Plano de Segurança da Água. Enfatizou que a palestra teve bastante repercussão e foi muito importante para a CT-SAM. b) A Sra. Roseane, informou que no dia 28/08 ocorreu o seminário “Meio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 102ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 29/08/2023 - 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

Ambiente e Sustentabilidade”, evento realizado pela Associação dos Engenheiros e Especialistas (ASEC) da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e do Meio Ambiente, em que ela participou e reforçou a importância de se discutir o Plano de Segurança da Água para os órgãos regulatórios. Informou que o hoje é o segundo dia do evento, com transmissão ao vivo no canal da CETESB no *YouTube*;

3.2. dos membros: Não houve manifestação para informe dos membros; **3.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), apresentou os informes da SE/PCJ, sendo: **a) Livroto das Câmaras Técnicas:** Informou que, acompanhando a renovação da composição das Câmaras Técnicas temáticas, que ocorre nos anos ímpares, a Secretaria Executiva (SE-PCJ) faz a atualização da publicação “Orientações sobre a Constituição e o Funcionamento dos Plenários e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (2023)”, ou “Livreto das Câmaras Técnicas”. São apresentados um resumo das principais informações sobre o funcionamento e as regras das CTs, como atribuições, o papel dos membros, custeio para participação em reuniões, entre outras informações. O Livreto está disponível para acesso no sítio eletrônico da Agência das Bacias PCJ na área de Publicações (2023): <<https://agencia.baciaspcj.org.br/>>; **b) Equipe da Secretaria Executiva (SE/PCJ) de apoio às CTs:** Regulamentado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, que aprova o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, a Secretaria Executiva (SE-PCJ), desde o mandato 2021-2023, tem exercido o papel de secretaria das Câmaras Técnicas (CTs) e Grupos de Trabalho (GTs) permanentes, contribuindo para uma maior aproximação da Agência das Bacias PCJ e diretoria dos Comitês PCJ e o bom andamento das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, explicou que atualmente a equipe da SE-PCJ dispõe de quatro técnicos que atuam diretamente junto às Câmaras Técnicas, com uma dupla de assessor-analista para cada conjunto de CTs. As técnicas Rebeca Silva e Tainá Moura, além da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), apoiam as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas (CT-AS); de Educação Ambiental (CT-EA); de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-

ID); de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria); e de Saneamento (CT-SA). Já os técnicos Tiago Georgette e Allan Patrick Campos apoiam as Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); de Outorgas e Licenças (CT-OL); do Plano de Bacias (CT-PB); de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN); e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural). Mais informações sobre o papel da Secretaria Executiva nas CTs podem ser verificadas no Regimento Geral das Câmaras Técnicas e na Nota Técnica Agência PCJ nº 3, disponíveis no site dos Comitês PCJ; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2023. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SIGRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Também destacou a atualização do portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com a Escola Virtual de Governo (EV.G), com a incorporação dos conteúdos da ANA no catálogo de cursos disponíveis na plataforma da EV.G e seguiu informando o passo a passo para a navegação e acesso dos temas de interesse. Complementarmente, orientou que os certificados dos cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca lembrou aos membros que tendo em vista a retomada da realização das reuniões presenciais, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, os membros podem voltar a solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões. A

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 102ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 29/08/2023 - 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador, coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que estiver reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@comites.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 opção 7. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=818&Itemid=404; **e)**

Próximas reuniões dos Comitês PCJ: em seguida, foi informado da próxima reunião agenda da Plenária dos Comitês PCJ, cuja participação não é obrigatória para quem não for membro dos plenários dos Comitês PCJ,

ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvinte, sendo: 29ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL, CBH-PJ1), no dia 13/09/23, às 9h00, no formato virtual, com transmissão ao vivo no canal da Secretaria Executiva no *Youtube*. O *link* se encontra disponível na agenda do *site* dos Comitês PCJ; **f) NewsComitêsPCJ:** Por fim, convidou os membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas, cujo acesso pode ser feito por meio do

link:

<https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>. **4.**

Aprovação da minuta de ata da 101ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, realizada em 19/07/23: A Sra. Roseane informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência,

questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. O Sr. Marcos Eliseu Losekann representante da Embrapa, solicitou a inclusão da presença de sua entidade na listagem dos membros, sendo representada por ele, enquanto representante titular. Em seguida, submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 101ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, sendo aprovada por unanimidade. **5. Indicação de 2 representantes para compor o Grupo de Acompanhamento para o planejamento dos cursos técnicos para Operadores das ETA e ETE – Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, a Sra. Roseane passou a palavra para a Sra. Daniela Cunha Tornisiello, da equipe da Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ. Explicou que a formação do grupo de acompanhamento visa o cumprimento das ações priorizadas no Plano das Bacias PCJ 2020/2035 em consonância com o Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, para o planejamento de cursos técnicos para operadores de estações de tratamento de água (ETA) e de esgoto (ETE), ministrados no âmbito da Escola da Água e Saneamento,



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 102ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 29/08/2023 - 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

com implementação da ação prevista para o ano de 2024. Nesse sentido, as Câmaras Técnicas de Saúde Ambiental (CT-SAM), de Educação Ambiental (CT-EA), de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) e de Saneamento (CT-SA), precisam indicar 2 (dois) representantes (titular e suplente) para a composição do grupo. Encerradas as explicações foi aberto o período para manifestações dos membros, que ficou com a seguinte composição: Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (ABES-SP) e Claudoaldo Viana dos Santos (DAE Santa Bárbara d'Oeste). As reuniões do grupo de acompanhamento serão todas virtuais e deverão ocorrer a partir da segunda quinzena de setembro até o final de outubro/23. Dando continuidade, as Sras. Roseane e Cassiana explicaram que em razão da preocupação dos serviços de abastecimento de água com a aplicação do carrapaticida próximo das captações, surgiu essa demanda de realizar palestras sobre o assunto e agradeceram a disponibilidade dos palestrantes que foram convidados para ministrar os dois itens de pauta a seguir. **6. Vigilância de Ambiente Febre Maculosa: Medidas de prevenção e controle epidemiológico e ambiental:** A Sra. Roseane passou a palavra para a Sra. Daniela Almeida Coelho Terossi, representante da Prefeitura de Limeira, que agradeceu o convite e iniciou a apresentação. Informou que a febre maculosa é uma doença emergente da década de 80, e em 1985 passou a ocorrer de forma endêmica nos municípios próximos as Bacias Hidrográficas dos Rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia. Devido ao aumento de casos de febre maculosa nessas regiões e alta taxa de letalidade, em 2001, passou a ser de notificação compulsória no Brasil. Em 2016, informou que foi feita a primeira resolução conjunta entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Secretaria de Estado da Saúde que dispõe sobre diretrizes técnicas para a vigilância e controle da Febre Maculosa Brasileira no Estado de São Paulo - classificação de áreas e medidas preconizadas. Em seguida, explicou sobre: i. tipos de carrapatos; ii. febre maculosa brasileira: doença infecciosa, febril aguda e de gravidade variável; iii. hospedeiros primários do carrapato-estrela: capivara e cavalo; iv. importância das capivaras; v. hospedeiros secundários – formas imaturas do carrapato-estrela: gato, cachorro, urubu e gambá; vi.

hospedeiro acidental: o ser humano; vii. ciclo biológico do *amblyomma sculptum* (carrapato-estrela); viii. formas diferentes do mesmo carrapato; iv. transmissão transovariana em menos de 50% (cinquenta por cento) dos carrapatos infectados. Na sequência, listou o que deve ser feito para evitar a doença: i. saber identificar áreas propícias à presença de carrapatos; ii. medidas preventivas individuais; iii. Materiais educativos; iv. como minimizar o risco de infestação de carrapatos. Informou que não existe nenhum manual ou resolução que autorize a aplicação de produto químico para o controle de carrapato. Na sequência, os membros dialogaram sobre o conteúdo e sanaram as dúvidas esclarecidas pela palestrante. Em seguida, a Sra. Cassiana agradeceu os esclarecimentos e a disponibilidade da Sra. Daniela e deu sequência com o próximo item de pauta referente a segunda palestra. **7. Vigilância Agropecuária Internacional – Aprendendo com um caso de introdução de doenças exóticas:** Na sequência, o Sr. Enrico Seyssel Ortolani, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária, iniciou a apresentação informando os principais objetivos da Vigilância Agropecuária (Vigiagro), destacando os dois principais itens: i. prevenir a introdução, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades; ii. assegurar que as importações não comprometam a saúde da população, dos animais e a sanidade dos vegetais. Na sequência, apresentou que a fiscalização é realizada em animais, materiais de pesquisa, vegetais, madeira, entre outros. Explicou que esse processo é feito por meio de cargas, bagagens, correspondências e resíduos de bordo que chegam nos portos, aeroportos, fronteiras secas e aduanas especiais. Informou que atualmente são 110 (cento e dez) unidades de vigilância, sendo: 26 (vinte e seis) pontos de fronteiras, 31 (trinta e um) portos organizados, 26 (vinte e seis) aeroportos internacionais e 27 (vinte e sete) aduanas especiais. Destacou que no período da pandemia do Covid-19, o aeroporto de Viracopos (maior importador de carga no Brasil), teve um aumento de voos cargueiros. Informou que outros órgãos (ANVISA, IBAMA, Ministério da Saúde, entre outros) trabalham de forma colaborativa para assegurar o interesse nacional. Explicou sobre a importância de atuação para a saúde



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 102ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 29/08/2023 - 09h00
Reunião por Videoconferência – Google Meet

pública e sanidade animal, como exemplo, citou o combate e as medidas preventivas da peste suína africana, declarada livre da doença no Brasil em 1984. Em seguida, com relação a entrada de resíduos sólidos, apresentou a Instrução Normativa nº 39/2017 (Manual do Vigia) e destacou que os resíduos não podem ser reciclados ou reaproveitados, o recinto deve apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e métodos de tratamento. Nesse sentido, apresentou a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC ANVISA nº 661/2022) que dispõe sobre as boas práticas sanitárias no gerenciamento de Resíduos Sólidos, como a classificação dos resíduos sólidos: a) risco de presença de agentes biológicos; b) substâncias químicas; c) radioativos; d) resíduos sem risco inclusive alimentos; e) perfurocortantes ou escarificantes. Em seguida, mostrou as fotos de como é feita a fiscalização e a embalagem para fazer a destinação dos resíduos. Nesse sentido, explicou que existe um controle do que os passageiros de voos internacionais trazem nas bagagens, em razão de se prevenir a entrada de alimentos contaminados, principalmente de origem suína. Encerradas as explicações, foi aberta a palavra aos membros acerca do conteúdo apresentado. Após os esclarecimentos, a Sra. Cassiana agradeceu ao Sr. Enrico pela palestra e aos membros pelas manifestações e deu continuidade aos itens de pauta. **8. Levantamento da situação dos Planos Municipais de Segurança da Água nas Bacias PCJ:** A Sra. Cassiana informou que foi feito o disparo aos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) das Bacias PCJ, de uma pesquisa composta por um questionário com 7 (sete) perguntas de simples interpretação e rápida resposta e uma pergunta discursiva, estruturadas com o objetivo de ampliar o conhecimento da CT-SAM sobre a elaboração dos Planos Municipais de Segurança da Água (PMSAs) na área de atuação dos Comitês PCJ. Explicou que de um total de 71 (setenta e um) municípios membros dos Comitês PCJ, houve o retorno de 37 (trinta e sete) SAAs. Foram avaliados no questionário: o conhecimento do SAA sobre o Plano de Segurança da Água; o conhecimento sobre o Guia Prático para Desenvolvimento de PMSAs, publicado pelos Comitês PCJ; a situação atual da implantação do PSA no

município; a disposição de profissionais capazes de elaborar o PSA ou de recursos para contratação de consultoria especializada; dificuldades para realização de análises laboratoriais para avaliação da qualidade da água e formas como CT-SAM pode ajudar o SAA, seja por cursos, eventos ou materiais de orientação. Após a apresentação, a Sra. Cassiana explicou que a ideia é a CT-SAM trabalhar em conjunto com a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ para atingir mais municípios com a pesquisa, pois ainda faltam 34 (trinta e quatro) municípios que não responderam à pesquisa. Enfatizou a importância de ter esse retorno e utilizar essa ferramenta para garantir água segura nos municípios. Por fim, a Sra. Roseane comentou que diante das respostas apresentadas em como a CT-SAM pode ajudar o SAA, por meio de eventos e cursos, a discussão será retomada e desenvolvida pelo Grupo de Trabalho Plano de Segurança d'Água (GT-PSA). **9. Outros assuntos:** A Sra. Roseane questionou sobre outros assuntos, e a Sra. Cassiana lembrou que, após a renovação das CTs, a CT-SAM está com membros novos e informou que a CT possui a Política de Saúde Ambiental (Deliberação nº 309/18), disponível para consulta no [link](#). Em seguida, o Sr. Igor Tadeu Contreiras Pereira de Araújo, representante da P.M. de Jaguariúna solicitou a participação no GT-PSA afim de contribuir com as discussões e participação do município. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, coordenadora da CT-SAM, agradeceu a presença e participação de todos, dando por encerrada a reunião.

Roseane Maria Garcia Lopes de Souza
Coordenadora da CT-SAM

Cassiana Maria Reganhan Coneglian
Coordenadora-adjunta da CT-SAM